



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16490/2024

RUBRICA:  FOLHA: 80

Comissão de Pregão II

À Secretaria Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 9517/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.076/2024, **CONTRATAÇÃO** de leiloeiro oficial, de maneira continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação anti-econômica, veículos alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pelo sr. **JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO**, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 de IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 90.076/2024**

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra o Edital de Licitação. Alega que, (i) o edital é omissivo quando a exigência de Inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade da Dívida Ativa do Estado); (ii) que para a presente contratação não se aplica o tratamento diferenciado para Empresários Individuais enquadrados como ME/EPP.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16490/2024

RUBRICA:  FOLHA: 81

Comissão de Pregão II

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do edital devidamente retificado.

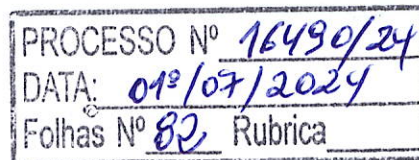
II. DA DILIGÊNCIA

Por todo o exposto, tendo em vista que as alegações são de cunho estritamente técnico, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 90.070/2024, para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro ante a impugnação interposta.

Após, solicito que os autos sejam encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação dos aspectos jurídicos recorridos.

Nova Friburgo, 28 de junho de 2024.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro - Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870



Nova Friburgo,

01.º de Julho de 2024.

DESPACHO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS:

ENCAMINHAMENTO DE PROVIDÊNCIAS DE ATENDIMENTO AO SOLICITADO PELA COMISSÃO DE PREGÃO I, nos autos do Processo Administrativo PMNF de N.º 16.490/2024 - IMPUGNAÇÃO DE EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90076/2024) - CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL CADASTRADO NA JUCERJA - APENSO: PROCESSO PMNF N.º 9517/2024 (EM 02 [DOIS] VOLUMES), CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

1. Vistos... Etc...

2. Ciente/De Acordo;

3. Na mais estrita conformidade com o disposto na respeitável manifestação da COMISSÃO DE PREGÃO II, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística desta Municipalidade (**Vide Fls.80/81**), promovi e realizei o cotejo preliminar do que contém o Procedimento mencionado em epígrafe, atinente ao Pedido de **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90076/2024)**, de alto interesse administrativo desta Especializada Unidade de Administração Fazendária;

4. Foi jungido aos autos processuais o respectivo PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO (**Vide Fls.03/09**), devidamente acompanhado por alguns documentos de suporte (**Vide Fls.11/79**), lavrados e jungidos pelo Licitante irresignado com as Normas e Regras Editalícias reguladoras do Certame também epigrafado (**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90076/2024**);

5. À Luz da informação disposta, no cursos dos presentes autos e apensos, solicito a devida análise, orientação e encaminhamento jurídicos às questões postas, nos presentes autos processuais, conforme os documentos devidamente acostados ao presente feito;

6. Ao fio de todo o exposto, no presente feito processual, **ENCAMINHO** o presente feito processual administrativo **à CIÊNCIA da DOUTA e CULTA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO para análise das questões postas e posterior e respectiva adoção das providências de pertinência mencionadas em sua anterior manifestação;**



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

PROCESSO Nº	16490/24
DATA:	01-10-2024
Folhas Nº	83 Rubrica

7. DESPACHO em prosseguimento.

Atenciosamente,

RODRIGO FRANÇA SILVA

Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,
Desenvolvimento Econômico e Gestão
Matricula n.º 63.189 - PMNF



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 16490

DIA 02/04/24

Folhas Nº 84

Processo: 16.490/2024

Impugnante: João Emílio

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.076 de 2024 -
Processo Licitatório n. 9517/2024**

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Assuntos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO acerca do edital de licitação constante de fls. 212/242 referente ao Pregão Eletrônico nº 90.076/2024 dos autos de nº 9517/2024, referente à contratação de leiloeiro oficial, de maneira continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação anti-econômica, veículos, alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com o art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 anos.

Em síntese, o impugnante alega que o edital impugnado é omissivo quanto à dois pontos:

a) exigência de inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade de Dívida Ativa do Estado); e b) que na contratação pretendida não se aplica o tratamento diferenciado para as ME/EPP.

Às fls. 80/81, consta manifestação da Comissão de Pregão III, em que considerou a controvérsia se tratar de assunto eminentemente técnico, encaminhando os autos à Secretaria competente, a qual, por sua vez, encaminhou os autos à esta assessoria, pleiteando, esclarecimento jurídico (fls. 82/83).

É o relatório, passa-se à fundamentação.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
Folhas N.º 85 Rubrica

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação, ora apreciada, é tempestiva e foi recebida pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecida, analisada e decidida.

Em matéria de impugnação ao edital de licitação, dispõe o art. 164 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação deverá ser dirigida à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber a impugnação sendo a mesma conhecida, poderá julgá-la procedente ou improcedente.

No caso em análise, como medida de apoio, a secretaria entendeu pelo encaminhamento dos autos à esta assessoria, por se tratar de questão eminentemente jurídica.

Entretanto, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir as impugnações e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito das impugnações interpostas, que, no caso



em tela, é a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 17.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

No caso em exame, em que pese se tratar não de recurso contra eventual julgamento das propostas ou da habilitação, mas sim de impugnação ao edital, o regramento segue lógica semelhante, uma vez que no item 20 não há previsão semelhante.

Conforme narrado no relatório, na hipótese presente, a Comissão de Pregão III se manifestou motivadamente pelo encaminhamento dos autos junto a Secretaria a qual, por sua vez, encaminhou os autos à esta assessoria para manifestação jurídica acerca das questões levantadas.

Desta forma, passa-se à análise da questão jurídica.

II.1 - Da Vinculação ao Instrumento Convocatório



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 16490
DATA 02/07/2021

FOLHA Nº 82 Rubrica 10

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro*, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 5º, da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):

“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)”.

Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 16490
DIA 02/07/20

Folhas N° 89 Rubrica 1

Conforme narrado anteriormente, o mérito da impugnação gira em torno da necessidade ou não de previsão: a) da exigência de inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade de Dívida Ativa do Estado); e b) de que na contratação pretendida não se aplica o tratamento diferenciado para as ME/EPP.

II.2 - Da necessidade de exigência de inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade de Dívida Ativa do Estado)

Compulsando o edital até então apresentado, verificam-se as seguintes disposições quanto à regularidade fiscal:

“14.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;”.

“14.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;”.

A necessidade de apresentação de regularidade fiscal ao longo da execução contratual decorre de disposições positivadas tanto na antiga quanto da nova lei de licitações, como se



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 16.490
DIA 02/07/21

Folhas N° 89 Rubrica 0

depreende dos seguintes dispositivos legais:

“Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

[...]

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.”

(Lei 8.666/93)

“Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

[...]

III - fiscal, social e trabalhista;

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

[...]

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

[...]



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCESSO N° 16490
DIA 02/07/20
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;”.

(Lei 14.133/21)

Assim verifica-se que no caso em análise, foram incluídas no edital a necessidade de comprovação de regularidade fiscal perante o Fisco da União e do Estado, restando, entretanto, omissa qualquer previsão no que tange à regularidade perante o fisco municipal, requisito abarcado pela jurisprudência do TCU, como se verifica:

“1.5. Determinar ao Sebrae – Dep. Regional/SE que:
[...]

1.5.4. **inclua em seus editais de licitação, inclusive na modalidade convite, a exigência de apresentação da regularidade fiscal junto às fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante**, exigindo também sua completa comprovação nos casos de contratação de obra, serviço ou fornecimento mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, em conformidade com o parágrafo único do art. 11 de seu regulamento e com a jurisprudência do TCU;
(Acórdão nº 6686/2009 – 1ª Câmara)”.

“7. Rememore-se que a regularidade fiscal inserta no art. 29 da Lei 8.666/1993 abarca a situação cadastral do licitante ou contratado perante as Fazendas **Federal, Estadual e Municipal**, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sendo que as decisões do Tribunal que acatarem as exceções dos regulamentos das entidades quanto à necessidade de demonstração de tal condição em contratações diretas, com base no art. 32, § 1º, da mesma lei, não estenderam tal prerrogativa à verificação da situação do fornecedor junto ao sistema da Seguridade



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

DIA 02/07/2024

Folhas 11 de 91 Rubrica 0

Social, por força da mencionada disposição constitucional (art. 195, § 3º), que impõe que “A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”. (Acórdão nº 2898/2017 – Plenário)

Pontua-se ainda que, em caso semelhante ao presente o TJRJ já entendeu pela inabilitação de licitante que não apresentou as certidões de regularidade fiscal na forma exigidas em lei e no edital, como se verifica:

“APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. HABILITAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO VISANDO AO CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA ATUAREM NAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ. REGRA CONTIDA NO EDITAL, QUE DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE A REGULARIDADE FISCAL. DESCUMPRIMENTO. DENEGAÇÃO DO WRIT. SENTENÇA MANTIDA. O edital é elaborado em conformidade com o poder discricionário da Administração e considerada a lei que rege a licitação. Suas normas devem ser fielmente cumpridas, de acordo com o princípio da vinculação ao edital, seja pela Administração Pública, seja pelos participantes, que a ele aderem no ato da inscrição e sem qualquer impugnação a seus preceitos. O fundamento para a inabilitação do impetrante no certame diz respeito ao não cumprimento do item 10.1.5.2, do edital regulador da chamada pública, relativo à necessidade de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do candidato para habilitação no certame. Regularidade fiscal do leiloeiro, que deve ser comprovada, inclusive referente à Dívida Ativa, no tocante ao ICMS. O art. 3º, da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33, de 24 de novembro de



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

DIA 02/07/20

Folhas N.º 92 Rubrica 8

2004, expedida pelo Estado do Rio de Janeiro dispõe sobre a necessidade de apresentação, tanto da Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda, para comprovação da inexistência de débitos ainda não inscritos na Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, quanto da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado. Todavia, o impetrante apresentou a Certidão Negativa de Débitos (CND), com a seguinte informação: "não constam débitos perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado", sendo que na própria certidão constava a informação no sentido de que a certidão negativa de dívida ativa e a certidão negativa de ICMS somente teriam validade quando apresentadas em conjunto. Impetrante, que não se desincumbiu do ônus de apresentar a Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Secretaria de Estado da Receita, a fim de comprovar a inexistência de débitos ainda não inscritos na Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, de comprovar a regularidade fiscal exigida pelo edital. Ausência de direito líquido e certo. Parecer da douta Procuradoria de Justiça neste sentido. Recurso a que se nega provimento." (TJRJ 0020463-10.2019.8.19.0028 – APELAÇÃO)

Assim, conclui-se pela necessidade de exigência de inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade de Dívida Ativa do Estado).

II.3- Da inaplicabilidade do tratamento diferenciado às ME e EPP

Sobre o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, convém registrar que a Lei nº 14.133/2021 inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:



“Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.”.

Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam: i) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e ii) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 46490

DIA 02/07/24

Folhas N° 94

Ressalte-se, ainda, que na forma do §2º, a obtenção de benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

Será necessário, portanto, analisar os contratos firmados no ano-calendário da licitação. Se a soma deles extrapolar o limite de R\$ 360.000,00 para microempresa ou de R\$ 4.800.000,00 para a empresa de pequeno porte, ambas poderão participar da licitação, mas não poderão gozar do tratamento diferenciado.

Desta forma, na prática, pode haver uma empresa que, apesar de se enquadrar no conceito de micro ou pequeno porte no momento da participação da licitação, não poderá fazer uso do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 para as licitações.

No caso concreto, entretanto, não há preferência à ME e EPP, em razão de aplicação de norma específica.

O art. 18, § 5º-I, inciso VIII, c/c § 5º-J, da LC 123, de 2006, determina que a atividade de leilão deve ser tributada pelo Anexo III ou V, conforme o fator “r”, o que dá a entender que se trata de atividade permitida aos optantes pelo Simples Nacional.

Entretanto, de acordo com o “caput” do art. 3º, para ser enquadrada como ME ou EPP, é necessário ter natureza jurídica de sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) ou empresário. E a legislação da profissão de leiloeiro – mais especificamente, o art. 36 do Decreto nº 21.981, de 1932 – não permite que essa atividade seja exercida por meio de sociedade, bem como o proíbe de exercer atividade empresária.

Sendo assim, não é que a atividade do leiloeiro seja vedada ao Simples Nacional:



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 16490
DIA 02/07/24

Folha N° 95 Rubrica 1

sua natureza jurídica é que é incompatível com os conceitos legais de ME e EPP, requisitos imprescindíveis para opção pelo regime, de forma que entende esta assessoria pela procedência da impugnação apresentada.

III - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelos motivos acima elencados, entende esta assessoria pela procedência da impugnação apresentada, para que passe a constar: a) exigência de inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade de Dívida Ativa do Estado); e b) inaplicabilidade do tratamento diferenciado às ME e EPP.

Encaminhem-se os autos à Secretaria competente para ciência e prosseguimento.

Ressalta-se que a opinião desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, sub censura, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 02 de Julho de 2024



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 16490

DIA 02/02/20

Folha N° 96 Rubrica

Victor Valadares Beserra Figueiredo

Assessor de Nível Intermediário

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Mat. 63.162

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16490/2024

RUBRICA: FOLHA: 97

Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO – CPII – PE 90.076/2024 – JOÃO EMÍLIO

Processo Licitatório nº 9517/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.076/2024, **CONTRATAÇÃO de leiloeiro oficial, de maneira continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação anti-econômica, veículos alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 689 de 05 de junho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento da Impugnação interposta pelo sr. **JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO.**, doravante denominada Impugnante, em 25 de junho de 2024, portanto, tempestiva, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.076/2024**, informando o que se segue:

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra o Edital de Licitação. Alega que, (i) o edital é omissivo quando a exigência de Inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade da Dívida Ativa do Estado); (ii) que para a presente contratação não se aplica o tratamento diferenciado para Empresários Individuais enquadrados como ME/EPP.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16490/2024

RUBRICA:  FOLHA: 98

Comissão de Pregão II

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do edital devidamente retificado.

II. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Considerando que as alegações da recorrente são estritamente jurídicas, o assunto foi submetido, para pronunciamento de ordem técnica, junto ao setor requisitante do objeto licitado, e após a Procuradoria Geral Municipal, para análise e manifestação dos aspectos jurídicos recorridos.

A Secretaria Municipal de Finanças, através de seus representantes, encaminhou os autos a Procuradoria Geral por se tratar de questão eminentemente jurídica.

IV. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu: (i) *“... pela necessidade de exigência de inscrição Estadual/Distrital e das respectivas Certidões de Regularidade, dos licitantes, junto a secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade de Dívida Ativa do Estado).”*; (ii) *“... não é que a atividade de leiloeiro seja vedada ao Simples Nacional: sua natureza jurídica é que é incompatível com os conceitos legais de Me e EPP, requisitos imprescindíveis para a opção pelo regime, de forma que entende esta assessoria pela procedência da impugnação apresentada.”*



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16490/2024

RUBRICA:  FOLHA: 02

Comissão de Pregão II

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, subsidiado pelo parecer jurídico da Procuradoria Geral Municipal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pelo sr. **JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90079/2024**, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do edital em comento, com a posterior republicação do edital retificado na forma da Lei.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 04 de julho de 2024.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870